

APRESENTAÇÃO

SOBRE A EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA: DIÁLOGOS E SOLICITAÇÕES

Paulo Gomes Lima – UFSCar-Sorocaba*

As solicitações e diálogos destacadas no presente número da Ensaios Pedagógicos, vol.3, n.1 de 2019, são mostras de que anúncios, denúncias e encaminhamento à educação contemporânea são possíveis e tangíveis de visibilidade. Primeiro pela aproximação/distanciamento entre o que é registrado pelas políticas públicas atuais e as demandas populacionais que colocam a necessidade de também se pensar o eixo da justiça social. Segundo pela necessidade de se ter e construir instrumentos de fiscalização e monitoramento sobre o que é feito e como é desenhado as seleções de ações políticas sobre a necessidade social e finalmente, pela apreensão do que deveria estar sendo contemplado, na orientação do mercado laboral. Os trabalhos aqui apresentados, reunidos em oito artigos reúnem informações, argumento e propostas sobre a leitura da e na educação na contemporaneidade, eixos que podem listar possíveis caminhos que orientarão o Brasil para anos posteriores.

Roberta Cristina Frati, abre no primeiro artigo a discussão sobre o espaço que as agências multilaterais, especificamente, o Banco Mundial, ocupam nas políticas educacionais dos países em desenvolvimento, limitando a autonomia de gestão dos Estados-Nação, a partir de contrapartidas exigidas para os empréstimos concedidos. Entende a autora que a proposta do BM é articulada, abrangendo um amplo conjunto de aspectos vinculados a educação, das macropolíticas até a sala de aula, impactando significativamente e onerosamente na qualidade da educação.

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na escola regular, debatida pelas professoras Anne Gabrielle Botega, Vivian Maggiorini Moretti e Viviane da Silva Silveira, tornou-se hoje, um desafio para os professores e instituições escolares. Apesar da legislação existente e das políticas inclusivas, que visam garantir a efetivação da oferta da educação especial preferencialmente na rede regular de ensino, é possível notar que a escola não está organizada para o cumprimento desta demanda. Os obstáculos mostram-se tanto nos espaços arquitetônicos, na falta de formação continuada dos professores, nas salas com número excessivo de alunos, entre outras precariedades. O presente artigo teve por objetivo apresentar em um primeiro momento a trajetória histórica da inclusão, em seguida, discutir a legislação e políticas inclusivas educacionais existentes e finaliza com uma breve contextualização da atual conjuntura da inclusão escolar (século XXI) e os desafios para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas que contemplem as diversidades e assegurem a aprendizagem de todos os alunos em suas peculiaridades.

Patrícia de Lourdes Camargo e Shirlei Cristina Rossete Barbosa discutem o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos profissionais (FUNDEB), seu contexto histórico, os avanços e as perspectivas deste para 2020. Expressam que este fundo tem como objetivo reunir recursos econômicos para a concretização das políticas municipalizantes formuladas desde a Constituição Federal de 1988 e reforçada com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, do Estatuto da Criança e do Adolescente da Emenda Constitucional 14/1996, além de um conjunto de normas infraconstitucionais e resoluções do conselho Nacional de Educação. Após a realização de pesquisa bibliográfica, verificou-se que o financiamento da educação passou por diversas modificações desde o início da educação no Brasil até a promulgação do FUNDEB em 2007, este fundo garante o financiamento da educação básica pública, da educação infantil ao ensino médio e a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O texto seguinte de Kátia Cristina Alves Pinto e Karina Luísa Lima Santos insere-se numa reflexão acerca da aplicabilidade do decreto 7234/2010 no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) - Campus São Roque, no que diz respeito às ações que são desenvolvidas para que se cumpram as diretrizes do decreto quanto ao processo de permanência e o êxito do estudantes no curso escolhido. A metodologia caracteriza-se como uma revisão bibliográfica e documental de cunho exploratório e de abordagem qualitativa. Como encaminhamentos resultantes, entendemos que, as metas estão sendo atingidas, contingenciadas, entretanto, por descompasso entre recursos e demanda.

* Doutor em Educação, professor Associado da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), campus Sorocaba, Departamento de Ciências Humanas e Educação (DCHE). E-mail: paulolima@ufscar.br.

O direito à educação ao longo da vida e a modalidade educação jovens e adultos, debatido por Audrey Mara de Moraes Siqueira pretende proporcionar uma análise e reflexão a respeito da necessidade de um ensino efetivo ao longo da vida, permeando documentos que relatem um breve histórico sobre a EJA, uma modalidade que comumente é vista apenas como compensatória, mas sua fundamentação está em dar continuidade aos estudos possibilitando exercício efetivo da cidadania, e ainda função equalizadora. O desenho pesquisa deu-se por meio de uma pesquisa bibliográfica utilizando revistas, livros e artigos. A educação ao longo da vida, surge na modalidade Educação de Jovens Adultos como uma redefinição da modalidade, procurando excluir a visão compensatória e reduzida da EJA. O papel da aprendizagem ao longo da vida é de extrema importância na resolução de desafios na educação e questões globais, sendo um direito de cidadania, e uma responsabilidade coletiva para a participação dos indivíduos na construção da sociedade.

O tema “aspectos históricos da educação em sexualidade e reflexões em prol da circulação de ideias”, discutido por Jéssica Karine Marques, Isabela Custódio Talora Bozzini e Tathiane Milaré discute a educação em sexualidade no espaço escolar, trazendo um apanhado histórico da sexualidade, e buscando uma reflexão e elementos norteadores fundamentais para uma análise Fleckiana. No geral, as escolas brasileiras, sejam elas públicas ou privadas, sempre tentaram manter o tema sexualidade longe dos procedimentos curriculares e das responsabilidades institucionais. Que papel a escola tem sobre a temática? Com base nas categorias Fleckianas, buscou-se discutir a sexualidade na perspectiva de diferentes estilos e coletivos de pensamentos com vieses em direitos humanos; educação/ensino; biologia família; religião e políticas públicas.

O objetivo do artigo de Viviane Zorzo e Lucas Mendes, “contribuições da filosofia e epistemologia das ciências para professores dos anos iniciais: algumas considerações” é o de apresentar conhecimentos teóricos de alguns dos epistemólogos da história e filosofia da ciência e relacioná-los às possíveis contribuições para o ensino de Ciências Naturais nos anos iniciais do Ensino Fundamental. O recorte adotado foi o primeiro ciclo do Ensino Fundamental, tendo em vista que estudos mostram a fragilidade do ensino da área. A metodologia consistiu em fazer uma pesquisa bibliográfica partindo das contribuições de distintos filósofos e epistemólogos do ensino de Ciências. Conclui-se que as contribuições de alguns filósofos e epistemólogos das ciências podem contribuir com o desenvolvimento intelectual das crianças, colaborando na aprendizagem de outras áreas, assim como despertar o interesse para área científica e ajudar na compreensão do mundo com maior criticidade. Muitas vezes os conceitos epistemológicos podem estar distantes dos saberes dos professores dos anos iniciais, dada a formação generalista dos mesmos, nesse sentido a formação continuada vem ao encontro dessa necessidade.

E, finalmente, o oitavo artigo da autoria de Martha Lucia García Narranjo, tem como objetivo explicar o que é pesquisado e o que se entende por formação em pesquisa por professores em programas de pós-graduação em metodologia virtual. A metodologia de revisão sistemática da literatura foi utilizada. Procedimentos: planejamento de busca, com base na pergunta anteriormente formulada. Conclusões: a tradição da pesquisa está vinculada à cultura da pesquisa no ensino superior. As práticas pedagógicas realizadas em sala de aula são o palco principal para o desenvolvimento de competências investigativas, é conveniente explorar espaços sociais que melhorem a formação em pesquisa na comunidade e outras estratégias curriculares. A pesquisa dá igual importância ao ensino e aprendizagem em treinamento de pesquisa e a ligação entre professor e aluno em cenários práticos diminui a lacuna teoria-prática. Existem poucos estudos sobre a formação de professores para o ensino de pesquisa.

Esperamos que o conjunto de textos expostos neste dossiê possa contribuir para se pensar e debruçar sobre os possíveis anúncios, denúncias e encaminhamentos para Educação e políticas educacionais contemporâneas no Brasil e no mundo.

O organizador.